

**A imagem turística do Alto Douro Vinhateiro – os guias de viagem na 1.ª metade do século XIX**

**The touristic image of the Alto Douro wine region – guidebooks of the first half of the 19<sup>th</sup> century**

**Didiana Fachada Fernandes**, Instituto Politécnico de Viseu (IPV - ESTGL), Portugal, dfernandes@estgl.ipv.pt

**Isabel Vieira**, Instituto Politécnico de Viseu (IPV - ESTGL), Portugal, ivieira@estgl.ipv.pt

**Ana Paula Rodrigues**, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, anarodri@utad.pt

**Resumo**

Neste artigo abordamos o tema da representação do «Paiz Vinhateiro» do Alto Douro português, na primeira metade do século XIX, através dos guias de viagem estrangeiros. A pesquisa inscreve-se no campo da experiência de viagem proposta aos viajantes, as motivações, as formas possíveis de se deslocar para e pela região, de permanecer nos lugares, o compor a paisagem. Através de análise documental, examinamos a produção informativa constante nos guias de viagem da época e ilustramos o processo dinâmico de figuração cultural da região. Os resultados indicam que as variadas formas de representação dos povos e espaços/lugares no mundo e como estão documentadas e relatadas ao longo dos séculos, têm imenso impacto na configuração de como os turistas as imaginam e perspetivam. A imagem dos lugares, um fator fundamental na sua promoção, condiciona os discursos turísticos. Assim, aproximamos estas leituras do passado com a leitura presente, com a produção discursiva e com as opções promocionais atuais no sentido de perceber se, na contemporaneidade, o processo de afirmação da imagem turística do Alto Douro tem mantido a sua identidade.

**Palavras-chave:** Alto Douro vinhateiro, guias de viagem, imagem turística.

**Abstract**

This article aims to study the representation of the Portuguese Alto Douro region, in the first half of the 19th century, through foreign travel guides. The research is part of the field of travel experience offered to travellers, their motivations, the possible ways to travel to and from the region and how they compose the landscape. Through documentary analysis, we examined the information contained in guidebooks and illustrate the dynamic process of cultural figuration of the region. The results indicate that the different forms of representation of people and spaces / places in the world

and how they are documented and reported over the centuries have huge impact on the setting of the tourist image. The image of places, a key factor in promotion will condition the tourist speeches. So we approach these readings of the past with the present reading, with the discursive production and current promotional options in order to understand if, in contemporary times, the process of affirmation of the tourist image of the Alto Douro has maintained its identity.

**Keywords:** Alto Douro wine region, guidebooks, touristic image.

## 1. Introdução

A visão deste espaço – Alto Douro - no passado tem sido revisitada, através de inúmeros estudos que retratam a região sob múltiplos aspetos, mas de forma mais recorrente com objetivos históricos. Neste artigo pretendemos recuperar as leituras propostas para este território, para aqueles que a desejavam visitar, sabendo que se reportavam a vivências temporárias e ausentes de raízes, embora se tenha sentido que a história e a situação económica e conjuntural da região se encontravam na amálgama das informações propostas nas obras consultadas.

Sabemos que, nos primeiros anos do século XIX, a região demarcada do Alto Douro tinha já uma dimensão bem superior à estabelecida aquando da criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756, que definiu a região produtora de vinhos para exportação, denominados «vinhos de embarque» ou de «feitoria», mais tarde «vinhos do Porto». Durante a primeira metade de Oitocentos decorreu um vasto processo de expansão vitícola e consequente transformação na organização espacial. Este período tem muitos altos e baixos, no que respeita à produção e comércio de vinhos, não se podendo desprezar a guerra contra as tropas napoleónicas, aquando das Invasões Francesas, a que se seguiram as perturbações da Guerra Civil que implanta o liberalismo constitucional no nosso País. Com a vitória dos liberais, em 1834, terminou a função reguladora da Companhia Geral, embora o número de quintas e de exportadores ingleses não cessasse de crescer. No entanto, a abolição da demarcação e dos mecanismos de controlo do vinho conduzem a fraudes e falsificações, o que leva à restauração da Companhia, em 1838, por mais 20 anos. E, a par desta Instituição, também denominada Real Companhia Velha, largamente estudada por inúmeros investigadores, intervém a Feitoria Inglesa, a retratar a persistente presença inglesa em todo o processo de construção do Vinho do Porto, levando a que, o interesse pelo país do vinho fosse maior por parte dos indivíduos desta nacionalidade o que se manifesta na publicação de mais guias vocacionados para este público.

Obviamente que a extensão geográfica da região, na época a que nos reportamos, é muito menor do que a atual, com 250.000 hectares, sendo à data do registo cartográfico de Forrester- *Map of the Wine District of the Alto-Douro*, em 1843, configurada de modo irregular, estendendo-se por aproximadamente 72600 hectares. O seu ponto mais a norte era a cidade de Vila Real; mais a sul, Lamego; Mesão Frio, no extremo Oeste, e São João da Pesqueira, a Leste. Os limites da região produtora de vinho do Alto Douro e o levantamento do seu espaço, na totalidade, e com rigor, são representados tardiamente, aquando da publicação deste *Mappa do Paiz Vinhateiro* elaborado pelo Barão de Forrester, constituindo esta imagem, como que o suporte estabelecido para a nossa investigação, dado que, finalmente, a região do Alto Douro se encontrava efetivamente figurada.

Na base das fontes utilizadas uma certeza, foi delineada uma viagem pelo território, que não terá sido eventualmente aquela que foi feita pelos leitores dos guias turísticos. Apesar do carácter redutor, muitas vezes atribuído a estas obras, as mesmas podem apresentar uma ideia de como terá sido sucessivamente construída e transmitida uma imagem expectante do Alto Douro aos estrangeiros e a quem a desejava visitar. E como respeitar estes livros? Como articulá-los? Qual a sua utilidade enquanto fontes para os Estudos turísticos? É necessário analisar a validade e a utilização destas obras no panorama da investigação, particularmente no reconhecimento de espaços do passado. Será que um guia de viagens possibilita apreender um território e conceber como «era» a paisagem ou dada região, nas suas particularidades, debilidades e vocações? E qual o «Universo de Viagens» de então? Qual a posição de Portugal face a estas correntes de viajantes? De forma sintética, aventuramo-nos um pouco pela dura realidade das jornadas em Portugal, especialmente para quem provinha dos centros culturais do Norte e Centro da Europa, afinal, os utilizadores dos guias consultados.

Após estas considerações, teremos a leitura, a viagem pelo Alto Douro...o percorrer as pistas dos Guias de Viagem. Será que mesmo elegendo obras da primeira metade do século XIX, e recolhendo descrições alusivas a um mesmo espaço geográfico, surgem diferentes olhares e diferentes propostas? Começaremos por analisar a visão retida nos guias a partir da cidade do Porto, ou seja, o interesse que o Alto Douro suscitava, desde os centros de poder, na primeira metade do século XIX, particularmente o negócio do vinho e as relações de correlação e dependência desta região face aos agentes situados no Porto e ao mercado britânico. Posteriormente, utilizando guias que efetivamente aconselhavam uma visita ao Alto Douro, procurámos entender porque o faziam e porque incentivavam uma jornada ao distante *Cima Douro*.

Depois, com os guias, percorremos o Alto Douro. A leitura prende-se com o estudo de conceitos que, de algum modo, pudessem traduzir a realidade espacial dos futuros viajantes e dos durienses no período em análise, ou seja: o espaço Alto-Douro – água, solo e vertentes e a distribuição dos centros populacionais. Mas, sabendo que a viagem nunca se pode dissociar dos meios e das formas de viajar, foram igualmente analisadas as vias de comunicação utilizadas e os caminhos sugeridos.

## 2. Metodologia

Na nossa abordagem optámos por considerar manuais simples e relativamente desconhecidos e guias publicados por conhecidas editoras que encontraram grande projeção europeia como o *Handbook Murray*. Aliás, a evolução da qualidade informativa dos guias é notória à medida que a primeira metade do século em estudo vai avançando; os primeiros, mais enciclopédicos e repletos de informações geográficas, vão cedendo lugar a guias mais práticos e cheios de conselhos acerca das estradas, dos transportes e de como lidar com os problemas práticos passíveis de ocorrerem.

Das doze obras analisadas para o período em estudo, metade reporta-se às maneiras de viajar em Portugal e conselhos aos viajantes, tornando-se estas informações as maiores valências deste tipo de obra.

As obras, embora úteis ao longo de toda a investigação, permitiram fundamentar, principalmente, a análise das viagens em Portugal. De facto, apenas um terço dos guias analisados, ou seja, 33% do universo estudado, sugere itinerários pela região do Alto Douro, tendo sido, assim, utilizados na análise da perceção das formas mais comuns e aconselhadas aos viajantes para alcançarem e se deslocarem na região. No entanto, há que ressaltar que, dos guias que contêm descrições da região do Alto Douro, cerca de 75% correspondem a edições do fim da metade do século, denotando uma tardia divulgação do território em estudo. Este facto leva-nos a crer que o Alto Douro, dada a sua interioridade, se manteve fechado a expedições de forasteiros, salvo raras exceções, o que por si só não impulsionava os autores dos guias a promoverem esta região. Esta circunstância levou-nos a analisar, numa primeira fase, obras que apenas divulgavam ideias gerais sobre a região do Douro, ou seja, a partir das descrições da cidade do Porto e sua envolvente. Tentámos compreender a importância regional do negócio do vinho do Porto, para além das fronteiras do território vinícola e detivemo-nos, igualmente, na existência, ou não, da noção de um território duriense produtor de vinho.

Paralelamente, cada guia descreve vários locais no espaço Alto Douro, fazendo anotações da paisagem, ou melhor, das paisagens, perdendo-se entre informações práticas e divagações o que, muitas vezes, dificultam a análise e a recolha de informações. Seria imperativa a produção de uma grelha de observação textual (Tabela 1), ou seja, o que para cada conceito se considerava necessário descortinar, permitindo, desta forma, a agilização da análise de dados e um trabalho sistémico.

**Tabela 1: Grelha de Análise dos Guias de viagem**

Conceitos	Dimensões	Componentes	Indicadores
	Fatores sociais		Objetivos da viagem
Viagem			Duração
			Meio de deslocação
			Alojamento
Transportes	Terrestres	Vias	Caminhos/ Estradas
	Fluviais		Distâncias
			Tempo - Duração percurso
			Localidades - Toponímia
			Estado da Via
			Descrição da via
Povoações		Cidades	Dispersão/concentração
		Vilas, Aldeias	Localização
		Quintas	Descrição Geral
Espaço		Paisagem	Clima
		Contrastes	Solos/Relevo
			Linhas de Água

Fonte: Elaboração própria

É precisamente a identidade regional do Alto Douro que procuramos alcançar através da análise de conteúdo de guias impressos e tentar avaliar se estes contribuíram para consolidar a imagem deste “espaço” nas suas páginas.

## 3. Os guias de viagem como fonte de investigação de espaços turísticos

Há muito que existe uma posição ambígua acerca dos guias de viagem. Na verdade, muitos investigadores simplesmente os ignoraram. Só recentemente os historiadores, geógrafos, sociólogos e etnólogos, compreenderam que estas obras possuem filões de dados históricos, geográficos ou sociais, permitindo analisar a partir de perspetivas inexploradas as transformações espaciais de certas regiões, bem como as práticas turísticas. No entanto, a maioria dos especialistas literários ainda têm dificuldade em ver nestes documentos mais do que informações e indicações elementares e redutoras.

No nosso País, o trabalho de investigação com base em literatura de viagens, nos seus vários sub-géneros, poder-se-á considerar relativamente escasso até à década de 80, encontrando-se a literatura de viagens “completamente em desproporção com o interesse que lhe vem sido dado pela historiografia portuguesa, ao ponto de os poucos estudos válidos e as poucas edições sérias constituírem exceções” diz-nos, Joel Serrão (1970: 228).

Na atualidade, em Portugal, embora haja uma proliferação maior de investigações centradas em fontes deste teor, particularmente relatos de viajantes, esta encontra-se limitada a interesses específicos dos Estudos Anglo-Portugueses, com estudos no âmbito das relações culturais e literárias entre Portugal e a Inglaterra, refletindo as relações históricas entre os dois países. Também se deve destacar a investigação desenvolvida pelo CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, através do grupo de investigação “Multiculturalismo e Lusofonia”, embora mais centrado nas narrativas de viagens dos tempos da expansão marítima dos séculos XV-XVI

Encontrámos trabalhos científicos vocacionados para a análise de um relato de viagem ou de um viajante em particular, teses alusivas à visão do estrangeiro face ao nosso País, face a individualidades e a períodos específicos na nossa história, para estudos de construção de imagens face a características do povo português e alguns, poucos, estudos de viagens acerca de um local específico. Aqui devemos destacar o Projeto VTLP - Viagens, Turismo, Lazer e Património da Universidade de Évora que tem como objetivos estudar, na longa duração, as alterações sociais, culturais e técnicas associadas à viagem, nomeadamente a passagem do *Grand Tour* para a viagem turística, bem como as práticas de lazer no Sul de Portugal e a forma como o património foi percecionado e divulgado ao longo do tempo. O projeto tem num dos seus três eixos principais o estudo das imagens do Alentejo nos livros de viagens, nos guias de turismo e nas publicações periódicas (séculos XVII a XX) e, pela primeira vez, identificámos trabalhos de investigação na proximidade do nosso campo de ação, em território nacional.

Perante a escassez de estudos portugueses que confrontem campos de ação ligados ao espaço com recurso à literatura de viagens, nos seus subgéneros, observou-se o panorama espanhol, o que nos parece legítimo, tendo em conta a existência de um “século XIX peninsular” em que as viagens ibéricas tinham características distintas face à realidade europeia (Romeral Pérez, 1999:12).

De facto, em Espanha, encontram-se, com relativa facilidade estudos de perceção relativos a localidades e lugares geográficos precisos e ainda estudos (os que nos revelam mais utilidade), onde o livro de viagem foi utilizado para análise dos itinerários e repetições nos movimentos e nas descrições. Logo, a interpretação das

informações e dos traçados cartográficos antigos permite estabelecer os itinerários regionais e intrarregionais, e a incidência do quadro geográfico sobre os fenómenos sociais. No entanto, embora pudéssemos enumerar muitos estudos ligados à imagem de províncias, cidades e paisagens, estes têm, sobretudo, por base relatos de *viajeros*.

Mesmo em França, por um longo tempo, os guias eram analisados como base de informações mas sem o reconhecimento como verdadeiras fontes históricas. Apenas na década de 1990, já se mobilizam os guias para destacar as representações do espaço urbano (Hancock, 2003), em parte para fazer a história do turismo como prática cultural em França e na Europa, do século XVIII até os dias atuais. Vários artigos acerca do advento do lazer, com organização de Alain Corbin (1995), aproveitam os guias de turismo para o inventário de práticas de turismo e ao mesmo tempo o trabalho de investigadores, sobre o turismo como prática cultural, tendo como fontes guias de viagem, crescem exponencialmente: Julia Csergo, Frédéric Moret (1986, 1992), Catherine Bertho Lavenir (1999), Jarrassé, (2000), Toulhier B. (2000), André Rauch (2000), Joanne Vajda (2006), Evelyne Cohen (2011) e Ariane Devanthery (2011). Deve ser dado um lugar especial para a pesquisa de Marc Boyer nos estudos dedicados à história de *L'invention du tourisme* (2000) usando como suporte também estas fontes.

Atualmente, teses interdisciplinares centram-se diretamente nos guias de viagem enquanto fontes de estudo e criaram-se centros de estudos e de investigação onde, num dos géneros da literatura de viagens, os guias surgem com credibilidade e evidência em estudos de âmbito turístico.

#### 4. Portugal na rota dos guias de viagem

Portugal não era, certamente, na época em análise, um país muito conhecido, mesmos para os leitores habituais de literatura de viagens da Europa do Norte e este desconhecimento, aliado a alguma confusão sobre a imagem de Portugal no estrangeiro e à própria situação geográfica do país, fazia com que a sua inclusão no *Grand Tour* não fosse muito frequente, tal como sucedia com outros países como Itália ou a Grécia. No entanto, no século XVIII, Portugal não era um território assim tão distante, pelo menos para os viajantes ingleses, sendo estes responsáveis – conjuntamente com Barreti, pela projeção da Península Ibérica na Europa (Machado, 1982, p.30).

A Viagem, embora em escala reduzida, começa a vulgarizar-se, apesar do período das guerras napoleónicas, «dados os perigos que apresentava ao viajante e conseqüente redução do fluxo de deslocações (...) ser geralmente considerado como o *términus*

do tradicional *Grand Tour*» (Coelho, 1992, p 118). A primeira metade do século XIX foi para Portugal uma época de guerra e golpes militares pouco propícios às viagens e deslocamentos. Mas, paradoxalmente, fizeram despertar o interesse pelo país e uma certa curiosidade por esta periferia europeia. Surgem os viajantes que, teimosamente e com motivações díspares, circulam nas nossas estradas, superam as dificuldades e percorrem o território. E procuram os guias de viagem.

Ainda que se saiba da proliferação generalizada de guias de viagem por toda a Europa, sente-se, que seria a constante inexistência de informações acerca de Portugal, o que sustentava a necessidade destas publicações. No prólogo do mais antigo guia examinado, o *Guia de viajantes ou roteiro de Lisboa...*, com uma primeira edição em 1791, o autor esclarece essa lacuna informativa, pois tendo que se deslocar a Lisboa não havia encontrado um único roteiro, dando este ao prelo (Santa Clara, 1807: Aii-AD). Mais de meio século depois, já nos primeiros anos da segunda metade do século XIX, a situação mantinha-se similar e o *Handbook for travellers in Portugal* afirma que Portugal seria o país Europeu menos conhecido (*A Handbook...*, 1856: ix).

Apesar de aparecerem roteiros, na sua maioria referentes a Lisboa, já nas primeiras décadas do século XVIII, os verdadeiros guias vão sendo publicados com continuidade ao longo da primeira metade do século XIX, sendo alguns sinónimos de consistência quanto à informação e proteção dos viajantes em relação ao desconhecido, no auxílio aquando da sua preparação da viagem e como companhia na sua efetivação. Na nossa abordagem, considerámos manuais simples e relativamente desconhecidos e guias publicados por conhecidas editoras que encontraram grande projeção europeia como o *Handbook Murray* (1856), com muitas reedições. Aliás, a evolução da qualidade informativa dos guias é notória à medida que a primeira metade do século em estudo vai avançando; os primeiros, mais enciclopédicos e repletos de informações geográficas, vão cedendo lugar a guias mais práticos e cheios de conselhos. Por fim, surgem os guias mais elaborados, com esclarecimentos acerca da moeda, preços e já com itinerários e rotas traçados.

Das doze obras analisadas para o período em estudo, metade reporta-se às maneiras de viajar em Portugal e conselhos aos viajantes, tornando-se estas informações as maiores valências deste tipo de obra. Estas seriam as instruções acerca das precauções a tomar, que os viajantes procuravam adquirir antes de se aventurarem por terras portuguesas.

Para o período em análise, e sobre Portugal, encontraram-se guias que se enquadram entre os que ainda se avizinham do relato mas que, embora abordem aspetos físicos e técnicos da viagem, refletem menos sobre monumentos e dados históricos e pouco sobre as singularidades das povoações. Alguns congregam a vertente descritiva a

uma apresentação de informações úteis aos potenciais viajantes, como o *Guia de viajantes ou roteiro de Lisboa: para as cortes e cidades principaes da Europa, villas e lugares mais notáveis de Portugal e Hespanha* (Santa Clara), de 1807, onde, no fim da obra, foi composta uma *Taboa Alfabética para achar com facilidade os caminhos de Lisboa para as Cidade e Villas que se contem neste Roteiro*.

Em 1825, Breton, em *L'Espagne et le Portugal, ou Moeurs usages et costumes*, ilustra a sua obra com 54 gravuras, correspondentes a doze visitas e mais de sessenta costumes diferentes. O tomo VI é integralmente dedicado a Portugal e começa com a descrição do mesmo: localização, topografia, rede hidrográfica e províncias. A destacar nesta obra as *Manières de Voyager*, narradas de forma singular e até idealizada, particularmente, no que concerne aos transportes em animais e relações com os supostos arrieiros. Deve-se salientar, por parte do autor, a introdução constante da ideia de um Portugal subjugado aos Ingleses.

Outros são mais pormenorizados e começam a incorporar utilidades de visita. O *Itinerary of Spain and Portugal*, de 1820, já oferece um olhar geral sobre as maneiras e costumes do povo português e uma visão estatística muito compendiada de Portugal, reportando-se, tal como era hábito nos guias produzidos, a dados quase enciclopédicos. Reserva, igualmente, um capítulo a conceitos práticos de viagem em Portugal, denominado *Manner of travelling*, propondo já sugestões de passeios, teatros e locais de entretenimento a visitar. A vocação cultural começa assim a delinear-se e a viagem enceta esta singularidade, um misto entre o lazer e a predisposição cultural, tema aliás muito debatido entre estudiosos do sector turístico.

Será interessante realçar esta perseverança de guias com um carácter enciclopédico, semelhante às obras produzidas no século anterior, como *Spain and Portugal – The Modern Traveller* (de Josiah Conder), cuja primeira edição data de 1826, contendo generalidades sobre Portugal, História e Geografia, usando muitas citações de relatos de viajantes publicados, criando uma enumeração geral do reino, montanhas, ilhas, ríseo, minerais, divisões administrativas e descrições detalhadas sobre as principais cidades de cada província.

Harrison, em *Portugal (the tourist in)* de 1839 cita também e continuamente relatos deixados por viajantes, o que se revela insípido, contudo, acaba por divulgar conselhos de preparação para a viagem e cuidados a ter pelos viajantes em Portugal que se traduziram em anotações singulares, o que comprova que, para além destas duplicações de informação, em todas as narrativas consultadas havia sempre algo de novo a reter. Por fim, outros autores anexam já o esboço de itinerários, apresentando a relação de distâncias entre povoações, como o guia de Antillón, traduzido em 1823, do castelhano para francês, e os demais publicados após 1850, mais próximos do que

hoje se considera um guia de viagens: o *Hints to travellers in Portugal*, já de 1852, com um aspeto e estrutura próprias de um guia de viagem, procura dar pistas aos viajantes para que se aproximem dos locais mais atrativos, da forma mais fácil e acessível. Este guia introduz a ideia da fruição e do desfrutar das viagens, porém, o seu autor salienta as adversidades inerentes às viagens em território português, particularmente em áreas de montanha, de vales e de rios. Ao longo dos 42 itinerários estabelecidos, introduz descrições escassas, deixando a interpretação da paisagem ao critério do viajante, dado que para o autor, a dimensão da beleza variava muito entre indivíduos e mesmo entre visitas realizadas em estações do ano distintas (p. 3).

Por seu turno o *Handbook for travellers in*, dedicado a Portugal, surge em 1855 e com um aspeto gráfico de guia de viagem, apresentando 57 rotas delineadas em território português e superando todo os guias de datas anteriores a que tivemos acesso. Inclui uma grande diversidade informativa: passaportes, modos de viajar, vias, distâncias, alojamento, comida, bibliografia sobre Portugal, moeda, língua; apresenta ainda vocabulário útil ao viajante, por temas, e cuidados gramaticais. Estas instruções começavam a ser encaradas como indispensáveis aos turistas que começavam a deambular pela Europa, dado que a publicação deste guia se reporta ao nascimento da denominada «era turística» que surge, precisamente, na segunda metade do século XIX.

Os guias referiam a carência de meios para adquirir conhecimentos acerca da história local e da topografia do país; O guia *Murrays – A handbook for travellers in Portugal* acrescenta que os *tours* empreendidos e descritos por viajantes ingleses eram na sua maioria muito pouco rigorosos (p. ix); por seu lado, os Portugueses pareciam não conseguir compreender a ideia de viajar por prazer pelo seu país (p. ix). Esta situação resultava do pouco convívio com viajantes e, como os portugueses experimentavam grandes dificuldades económicas, não compreendiam este espírito vagoante de viajar por puro deleite. Na verdade, denunciavam uma grande discrepância entre Portugal e os países europeus, mais civilizados.

Os guias de viagem ajuizavam que Portugal se tratava de uma terra bonita e grandiosa, logo a merecer ser descoberta, mas que, se mantinha desconhecida para a maioria dos viajantes, mesmo por aqueles que atravessavam as vastas províncias espanholas (*Hints...*, 1852: 2). A ideia que nos é transmitida é a de que, apenas ocasionalmente, e pelo facto de se encontrarem em Espanha, se deslocavam a Portugal, sendo a viagem em Portugal curta e superficial.

De um modo geral, o que se revelava mais atrativo para os viajantes era a diversidade de paisagens e cenários. Porém, pese embora o ensejo de se conhecer as belezas de Portugal, havia que ter bom espírito, superando constrangimentos, alguns dos quais

associados ao mau estado das vias de comunicação e ao momento certo do ano para realizar a viagem. A Primavera era a estação do ano considerada mais adequada, pela amenidade do clima, advertindo para o calor abrasador do Verão e para algumas chuvas torrenciais que condicionavam, ainda, mais as ligações terrestres: morosas e incómodas. Sem o desenvolvimento da circulação, todos os outros componentes associados à viagem ficavam condicionados, faltando: locais para pernoitar e alojamentos, meios de transporte e seu aluguer, guias e arrieiros com conhecimentos do território e com brio profissional. A língua portuguesa, essa sim, revelava-se um impedimento. Havia algum desconhecimento quanto à língua, sendo comum a ideia de que o português seria meramente um corrupto dialeto do espanhol.

Podemos partir do princípio de que os incómodos, ante um propósito de viagem por Portugal, eram mais de ordem interna do que externa. A dificuldade não estaria na aproximação ao nosso país, pois encontraram-se, repetidamente, referências aos transportes até Portugal, particularmente vindos de Inglaterra. Em 1820, todos os sábados, um pacote partia de Falmouth para Lisboa, com um tempo médio de percurso de nove dias. Optando pela via terrestre, em Espanha, poder-se-iam escolher várias rotas: o itinerário por Zamora e Bragança, em Trás-os-Montes, recomendado apenas para os aventureiros; o itinerário por Salamanca ou *Ciudad Rodrigo*, descendo o Douro; o itinerário de Madrid, Badajoz, pela diligência até Lisboa; e ainda o itinerário pelo sul, se optassem por um dos barcos que navegavam continuamente entre Cádiz e Castro Marim, começando, assim, pelo *tour* do Algarve, antecipadamente ao do de Lisboa, caso pretendessem efetuar várias incursões por Portugal.

Curiosamente, a insegurança não é uma temática vulgar e, na verdade, as estradas eram mais seguras em Portugal do que em Espanha, porém igualmente desaconselhadas a que um viajante se aventurasse sozinho e sem armas pelos seus caminhos, especialmente nas proximidades das fronteiras, onde os contrabandistas seriam quase tão perigosos como os verdadeiros ladrões (Reichard, 1820: 264). As dificuldades com os passaportes não eram desmedidas, excetuando nas fronteiras e, pontualmente, com algum administrador concelhio mais rigoroso.

## 5. A figuração do Alto Douro Vinhateiro

### 5.1 A figuração a partir do Porto

As leituras revelam-nos que o negócio do vinho, para além de marcar profundamente a história do Cima Douro, o faz igualmente na cidade do Porto, alterando a sua história e esta relação é bem percecionada, mesmo no século XVIII. Os guias revelam consciência do peso da atividade comercial do vinho na cidade do Porto e, aqui e ali,

vão introduzindo a imagem de uma cidade viva, mercantil e cosmopolita. É descrita com um intenso tráfego fluvial, associado ao transporte dos vinhos e aos grandes navios que os levariam para os seus destinos finais, apesar das dificuldades criadas pela perigosa barra do Porto.

Quando Harrison chega ao Porto, surpreende-se com o rebuliço da cidade e afirma que o Porto seria, de todas as cidades portuguesas, aquela onde os ingleses se sentiam mais em casa. Salienta, igualmente, os extensos convites que havia recebido de comerciantes residentes na cidade e o papel da *British Factory* na dinamização da vida social dos ingleses no Porto (p.14).

Sobre o Alto Douro, há uma visão de distância. De facto, este afastamento poderia servir de resguardo aos autores dos guias de viagem, que, naturalmente, possuíam muito mais informação acerca do Porto e seus arredores, deixando o território distante do Alto Douro afastado de considerações. Este afastamento talvez derivasse de um desconhecimento natural, pois a relação que se mantinha entre os súbditos ingleses e a região do Alto Douro era de distanciamento. A estratégia dos ingleses, por esta data, era sobretudo comercial e ligada à atividade de exportação. Só mais tarde começaram a adquirir propriedades na região e a produzir vinhos do Douro.

As obras tentam transmitir a dimensão do comércio do vinho e havia unanimidade em relação às grandes quantidades exportadas e ao facto de o maior parte destas ser para domínios ingleses. Reichard, em 1820, explica o papel da Companhia e a projeção dos comerciantes ingleses, que adquiriam a generalidade da produção, possuindo para tal caves consideráveis (p. 288). O autor do guia *A Handbook for travellers in Portugal*, na década de 1850, confirma que os melhores vinhos nunca chegavam ao mercado britânico. Percebe-se que, embora fosse do conhecimento que o cultivo da vinha se realizava para lá daquelas montanhas, o efetivo trabalho de valorização do vinho ficava-se pelo Porto e nas mãos dos estrangeiros que lhe deram projeção.

Mas o desconhecimento devia-se sobretudo aos maus acessos, interioridade e esquecimento. Para quê um grande investimento por parte das editoras dos guias se, à exceção do Porto e Lisboa, Portugal era muito pouco visitado? O autor do guia *Hints to travellers to Portugal* indica que, na realidade, as estradas eram tão más e o alojamento tão miserável que pouca coisa poderia fazer suportar a fadiga e as frequentes moléstias de quem circulava pelas montanhas de Portugal (1852:2). Por essas e outras razões, poucos ingleses haviam visitado as áreas mais atrativas do país e mesmo os estrangeiros que habitavam nas principais cidades portuguesas, para lá da visita anual ao Douro, usual, visitavam apenas Viana, Ponte de Lima, Braga ou Guimarães. Para os estrangeiros residentes em Portugal, sobretudo negociantes ingleses, moradores na cidade do Porto, a visita ao Douro não seria assim tão

invulgar, particularmente nos meses de Janeiro ou Fevereiro, para a aquisição do vinho. Portanto, essas deslocações possuíam finas estritamente comerciais, condicionando a visita ao tempo e objetivos de concretização dos negócios. Os viajantes, em geral, intentavam as suas viagens dentro do território português com uma incidência no Sul, pela situação da capital e só depois se deslocavam ao Norte. Esta também era a proposta mais comum por parte dos guias analisados. Era, depois, usual, na primeira metade do século XIX, encetar a viagem até ao Alto Douro a partir da cidade do Porto. As relações estreitas entre esta cidade e o Alto Douro fizeram melhorar as vias de comunicação terrestres.

## 5.2. «Geografias» no Alto Douro Vinhateiro

### 5.2.1 Água, vertentes e povoamento

A dimensão da área produtora de vinho encontrava-se na generalidade dos guias examinados, embora surgisse com dimensões distintas, no entanto, na busca de esclarecimento acerca da configuração e aparência do território socorriam-se, muitas vezes, das mesmas fontes. É o caso da Descrição do Território de Francisco Pereira Rebelo da Fonseca, publicada em 1791. Esta análise revela-se importante dado que nos introduz as condições de navegabilidade do rio Douro e a ideia do termo do território, pois, de facto, a 22 léguas (sensivelmente 120 Km) do Porto, o Cachão da Valeira funcionava como o limite à navegabilidade do Douro. Ora, na época, o território situava-se entre S. João da Pesqueira e o rio Teixeira e era designado por *wine-country*. Finalmente, em 1843, Forrester, no seu mapa, limita cartograficamente pela primeira vez este *Paiz*, e, nas observações constantes na obra, imprime:

*Extensão em comprimento do Paiz do Vinhateiro oito legoas*

*Extensão em largura do Paiz Vinhateiro Tres legoas*

A complexidade de análise da dimensão do País vinhateiro reside no facto de este ter sido um espaço em mutação e crescimento constantes. Se, à data da demarcação, a maioria das freguesias incluídas se localizavam no Baixo Corgo e na margem direita do rio Douro, no Cima Corgo, começaram a surgir grandes extensões de vinha. Na verdade, por volta de 1801, a região demarcada já tinha o dobro do tamanho que tivera à data da instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

É natural a preocupação em informar os leitores acerca do trajeto do Douro, tornando-se a «viagem» no Douro português particularmente evidente e usual nos

guias de viagem publicados no fim da primeira metade do século XIX, perante a maior facilidade de navegação. As características mais focadas eram a irregularidade do seu regime, as variações do seu caudal e o seu carácter de rio de montanha. Os vales profundos e os íngremes penhascos por onde corria o rio Douro, as suas margens estreitas, as escarpas e os rápidos, também são destacados. A rede hidrográfica (afluentes) fica confinada ao rio Douro, e uma das razões para a sua exclusão seria o facto de não serem navegáveis.

O vinho encontra, na acidentada topografia da região e num clima em que aos estios secos e prolongados se sucedem Invernos curtos e amenizados, um campo fértil de desenvolvimento. Mas a paisagem é uma obra combinada da natureza e do Homem, que através dos séculos se foi adaptando às condições ambientais e desenvolvendo técnicas e saberes exclusivos e o resultado estava à vista com uma paisagem de vinhedos assentes em terraços (Breton, 1815:72). Não se pode estranhar a hiperconotação desta paisagem e do vinho, dado que era esta a grande referência, o que, de certo modo, veio desertificar um pouco a paisagem descrita, quer de animais, quer de homens.

As características naturais do Alto Douro foram obviamente condicionantes da fixação e da expansão das populações. Para além da falta de concentração nos centros populacionais, os habitantes da região procuravam fugir às margens do Douro e à proximidade das águas. Esta situação devia-se à eventual violência do rio em período de cheias e ainda às febres palustres, frequentes nos períodos quentes. Deste modo, os povoados caracterizavam-se pela sua implantação a meia vertente, e, entre os povoados encontravam-se as casas de quinta mais abastadas, com a mesma localização, com as suas áreas de cultivo adjacentes, dominadas pela vinha que descia até ao rio.

## 5.2.2 Viagens

### 5.2.2.1. Vias e circulação

Até ao século XVIII, as viagens caracterizavam-se pelo facto de serem individuais e por se realizarem por necessidades fundamentais, como o comércio, as peregrinações religiosas, a saúde e a política. Os centros que acolhiam mais visitantes eram as estâncias termais e os centros religiosos, como Santiago de Compostela, com uma via de peregrinação portuguesa a passar (já na Idade Média) por Lamego, Poiães, Vila Real e Chaves (Marques, 1997).

Sempre foi lento viajar em Portugal. A herança romana valia de pouco e a insegurança era uma constante para os aventureiros. Se, no começo do século XIX, a generalidade dos caminhos portugueses permaneciam num estado obsoleto, no

interior não existiam estradas merecedoras desse nome e, segundo o guia *Murrays*, muitas delas estavam repletas de estrume (p. xiv). A realidade do Douro interior, o Cima Douro, em matéria de circulação, revelava muitas dificuldades e perigos inerentes às vertentes clivosas e fundos precipícios, que caracterizavam o seu território. De facto, as estradas corriam entre acidentados penhascos, por pedras desgastadas pela água e escorregadias e, mesmo entre povoações, as liteiras e coches de pouco valiam. A carreira diária de diligências entre a cidade do Porto e a Régua surge apenas na segunda metade do século XIX (Ferreira, 1999:154).

Entre cavalos e mulas, em estradas toleráveis, os primeiros eram muito mais agradáveis. Em caminhos montanhosos e duros como os do Alto Douro, as mulas, pese embora as suas características, possuíam patas mais seguras e prosseguiram a uma velocidade média muito mais rápida. No entanto, nas áreas mais declivosas, muitas vezes a única alternativa era andar a pé. Paralelamente às mulas, as carroças puxadas por bois eram as mais utilizadas. A configuração arcaica dos carros de bois e o ruído insuportável provocado pelas suas rodas e eixos, a *chilrazia*, são referidos nos guias; mencionam também a sua utilidade, na medida em que podiam ajudar a avisar a entrada do carro de bois, num desfiladeiro, o que seria útil dada a reduzida largura das vias no Alto Douro. Por aqui já antevemos a morosidade das viagens.

Os guias explicam-nos que as distâncias portuguesas eram traduzidas em léguas (*legoas*), geralmente correspondentes à distância que uma mula percorria numa hora, aproximadamente três milhas e meia. Os guias consideravam que os condutores eram pouco complacentes e pouco atentos ao conforto dos viajantes, logo aconselhavam firmeza na relação com o arrieiro, principalmente nas áreas mais recônditas, ou estes tomariam vantagens, se a oportunidade surgisse. Nesta região o mesmo se passava com os *arraies* dos barcos ou patrões das embarcações de transporte para o Porto. De facto, comprovada a condição das vias terrestres neste *paiz*, a via fluvial torna-se a mais apetecível, porque quase única. Embora sem grandes detalhes, alguns guias procuram descrever os barcos de madeira, os rabelos, que navegavam no rio Douro.

Mas, para além da combativa deslocação e dada a justa canseira da viagem, os viajantes tinham que pernoitar. Excetuando nas grandes cidades, as estalagens não deveriam possuir tal designação. E, por aqui, a questão que se colocava não seria qual a melhor nestas paragens, mas antes, se haveria alguma.

### 5.2.2.2. Itinerários propostos

São poucos os guias que contêm descrições da região do Alto Douro. Os dados mais recorrentes são os expressos nos itinerários/rotas básicos com as distâncias a percorrer.

O *Guia de viajantes ou roteiro de Lisboa: para as cortes e cidades principaes da Europa, villas e lugares mais notáveis de Portugal e Hespanha* (SANTA CLARA), de 1807, não explora a região do Alto Douro, mas apresenta Roteiros com saída de Lisboa; Com mais utilidade para a presente análise: um *Roteiro de Lisboa para a Villa de Torre de Moncorvo, e cidade de Miranda* (p. 21) e outro *Roteiro de Lisboa para a Cidade de Lamego* (p. 24), exclusivamente com as distâncias entre localidades em léguas. Das rotas propostas pelo *Itineraire de l'Espagne et du Portugal: ou description géographique et historique de ces pays, avec leurs principales routes et les distances de chaque lieu à un autre, accompagné d'une carte ou plan routier d'après des observations les plus modernes*, de 1809, cabe destacar a Route de Lisbonne dans la partie septentrional du Portugal, por Leiria, Coimbra e Porto. Daqui salienta uma rota particular que conduz, ao longo do rio, a Lamego – situada a oriente, daqui segue para a Galiza. Antillón, no seu *Itineraire de Madrid à Oporto, par ciudad Rodrigo, Almeida y Lamego*, em 1823, passa pela província da Beira, apresentando somente a relação de distâncias entre povoações. Os restantes guias de viagem, que incluem itinerários pelo Douro, surgiram na transição para a segunda metade do século XIX, o que revela pouco conhecimento acerca das viagens pela região e pouca divulgação «turística» da mesma. De certo modo, esta era uma situação distinta da projeção internacional que a região do vinho do Porto encerrava.

O guia *Hints to travellers in Portugal, in search of the beautiful and the grand* aconselha o viajante a encetar a viagem até ao Alto Douro na cidade do Porto, dado que o viajante poderia ter a oportunidade prévia de beber vinho do Porto original e aprender algo sobre as suas admiráveis propriedades. Essa ideia ainda hoje subsiste: a de que uma visita às caves do vinho do Porto possibilita um contacto, ainda que superficial, com a existência deste vinho, sem um necessária deslocação ao Alto Douro. Este guia apresenta-nos já 42 itinerários bem diversificados.

Trás-os-Montes foi a última província visitada no guia *A Handbook for travellers in Portugal*, da famosa editora Murray, onde se destaca o seu relevo acidentado, as vendas miseráveis e a sua situação remota, que se combinavam para dificultar o acesso aos viajantes, mesmo entre portugueses, excetuando o *wine-country* que, por esta data, era visita regular de comerciantes. O roteiro propõe a visita ao país do vinho no regresso da viagem a Trás-os-Montes. Partindo de Bragança via Mirandela, aconselham o visitante a passar em *Lamas d'Ollo* e depois em *Murça de Panoyas*, onde o viajante deveria aproveitar para pernoitar, antes de entrar em Vila Real. Mas, a via mais comumente seguida era a que se estabelecia a partir do Porto. A viagem era facilmente realizada num dia por *Vallongo*, Baltar, Penafiel, *Villa Mean*, até Amarante. O itinerário de Lamego com destino a S. João da Pesqueira é o único passeio proposto dentro do país vinhateiro, de um dia de viagem, sendo proposto no guia *Hints to travellers*. Da Pesqueira até S. Salvador do Mundo a distância era

considerada curta. O Guia refere que, para Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta, para Oeste, o viajante visitaria a parte mais selvagem do Douro.

Os guias de viagem denotam a ausência de cartografia rigorosa em Portugal. Já no desfecho da primeira metade do século XIX, estes livros salientam que os mapas do país eram incorretos. Talvez a menor imperfeição fosse a publicação da *Useful Knowledge Society*. No entanto, consideram que honrosas exceções deveriam ser feitas ao trabalho do Barão de Forrester, quer ao mapa apenso ao *Prize Essay – Mappa do paiz Vinheteiro do Alto Douro*, quer ao mapa do *Douro Portuguez e Paiz Adjacente* e transversalmente aos desenhos originais que o compunham (*Hints...*, 1852:53).

O guia *Murrays*, de 1856, esclarece que o rio Douro, em Espanha, era navegável até á fronteira portuguesa, em Barca d'Alva; daqui até S. João da Foz era um rio nobre, mas ainda com grandes dificuldades de navegação (p. 173). A descrição da descida do rio foi baseada no trabalho de Mr. Forrester e o guia aconselha os leitores ávidos de conhecimento sobre o *wine-country* a consultar *Mr. Prize Essay on Portugal*. As propostas vão sobretudo para a descida do rio Douro, que, segundo os guias de viagem, era, já no início da segunda metade do século XIX, acessível e perfeitamente transitável. O guia *Murrays* apresenta igualmente uma rota no rio Douro, com o tempo médio da descida entre cada um dos pontos assinalados (p. 173). Esta rota foi integralmente baseada no trabalho desenvolvido por Forrester, expresso no seu *Mappa do Douro Portuguez e Paiz Adjacente*, de 1848.

De facto, os guias, pelo seu carácter sintético e pelo facto de se apoderarem sucessivamente dos conhecimentos e relatos deixados por viajantes da época, acabam por ser muito breves. De certa forma, esta situação é resultado do facto de os guias apenas considerarem os itinerários mais facilmente exequíveis, sem grande pendor aventureiro. No entanto, todas as instruções eram muito úteis para um leigo desejoso de viajar até esta região desconhecida; como as informações transmitidas por estas obras se centram mais nos percursos a seguir, distâncias e transportes, os viajantes poderiam antever as dificuldades de circulação e procurar minorá-las. Desta forma já possuíam pontos de referência.

Entretanto, os guias, tentam esclarecer os leitores acerca de algumas imagens relativamente ao Alto Douro e aos durienses. Tendo sempre como base o trabalho de Forrester tecem considerações acerca da vindima e dos vindimeiros. Imputam todo o trabalho aos *Gallegos*, mal pagos e explorados, contratados durante a época das colheitas, afirmando que os agricultores residentes se ocupavam da poda (*A Handbook...*, 1856:169). A par desta pobreza, o guia *Hints to travellers in Portugal* explica que o cenário poderia tornar-se monótono, oferecendo pouca variedade. Destacam sobretudo a grandiosidade do rio Douro, mais do que a da vinha, no

entanto, indiferente o viajante não ficaria, valendo a pena a vinda a Portugal, para descobrir esta região.

## 6. Considerações finais

Embora esta perspectiva de análise permita um vastíssimo campo de investigação, o propósito foi o de estudar a forma como o Douro, e em particular o Alto Douro Vinhateiro, se foi afirmando como um espaço visitado e visitável, e encarar como possibilidade de investigação o estudo da produção e difusão da imagem decorrente dessas representações (os guias), que, certamente produziram discursos, por vezes contraditórios e mutáveis, sobre o território e as suas gentes. Todavia, a real finalidade pela qual se optou por estudar esta realidade prende-se com a clara percepção de uma insistente complexidade na criação de uma imagem consensual sobre o Alto Douro Vinhateiro que prossegue na produção discursiva e opções promocionais atuais. Para lá das imagens diferenciadas, os guias reconheceram o que hoje se mantém como cartaz turístico, embora transmitam uma imagem menos romanceada e com algum desgaste: a hiper-conotação das vinhas e dos socalcos e a desertificação da paisagem da componente humana.

Esta realidade remete-nos para o verdadeiro patamar de desenvolvimento da imagem turística do Alto Douro no que respeita às práticas de organização e implantação de estratégias consequentes e bem articuladas de marketing territorial. Há ainda um longo caminho a percorrer, que passa pela resolução de desequilíbrios internos, fortalecendo a coesão entre os vários atores que atuam no território. Muitos problemas estruturais estão próximos das leituras que fizemos do século XIX e, ainda hoje, a região não consegue alcançar uma estada média de 1,5 noites. Este equilíbrio interno é condição fundamental para a afirmação competitiva que a região tanto ambiciona.

Como vimos, nos últimos tempos a análise documental de guias de viagem impressos tem aberto novas linhas de investigação. Esta é uma literatura de utilidade, divulgando códigos, valores, formas de compreensão do espaço e do tempo. É um meio para alcançar o que existiu através de uma construção de representações e símbolos. Os guias de viagem são, portanto, parte da história dos estereótipos, das representações, mas a sua preparação envolve aproximações múltiplas, que exigem abordagens múltiplas. O tema foca, obviamente, a forma como os guias de viagem estrangeiros se dirigem para este espaço, mas também para a sua construção e invenção. Apresentam formas dispersas e fragmentadas de pequenos relatos e constituem uma importante via de pesquisa das representações e das memórias projetadas no espaço, possibilitando a captação de singularidades da região. Mas sabemos que será necessário o confronto com os guias nacionais, embora mais tardios.

Mas, se uma das formas de garantir a conservação de fragmentos de memória dos locais é a sua representação escrita, outras representações poderão ser as artísticas: desenhar paisagens ou mapas, fotografar diferenças. Daí a necessidade de verificação, nas obras analisadas, das fontes ilustradas, sendo estas, também, formas de apreensão do espaço que contribuiram para a divulgação ou construção de imagens acerca de novos lugares ou regiões. Ao longo da sua história, os guias foram introduzindo estratégias diferentes para marcar a escrita e tornar mais fácil a identificação visual, logo muitos guias foram gradualmente «oferecendo» mapas, imagens e roteiros, paralelamente a outras codificações, com o intuito de facilitar a consulta por parte do leitor e provavelmente o futuro visitante. Daí a necessidade de alargar este estudo no tempo.

## Referências

- A Handbook for travellers in Portugal* (1856). Londres: John Murray.
- Boyer, M. (2000). *Histoire de l'invention du tourisme*. Paris: Editions de l'Aube.
- Breton, M. (1815). *L'Espagne et le Portugal, ou Mœurs usages et costumes des habitants de ces royaumes*. Paris: A. Nepveu, Libraire.
- Clara, F. (1991). Entre a literatura e a história: Verdade, ficção e Verosimilhança». In *Aspectos da história Luso-Alemã I* (pp. 57-68). Lisboa.
- Coelho, M. (2003) *O Portugal de 1834 e a Guerra Civil vistos por um Inglês*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Corder, J. (1831), *Spain and Portugal* (The Modern Traveller), New ed., 2 vols. Londres: James Duncan
- Corbin, A. et al (1995). *L'avènement des loisirs* (1850-1960). Paris: Aubier.
- Denis, F. (1846). *Portugal*. Paris: Firmin Didot Freres, Editeurs.
- Devanthery, A. (2011). "Entre itinéraires et trajets : représentations des déplacements dans les guides de voyage au tournant du XIXe siècle" In *Situ, revue des patrimoines* [en ligne], Le patrimoine des guides: lectures de l'espace urbain européen, n° 15 | 2011.
- Farinelli, A. *Viajes por España y Portugal desde la Edad Media hasta el siglo XX: nuevas y antiguas divagaciones bibliograficas*, Roma: Reale Accademia d'Italia, 1942-1944. - 3 v. (Studi e Documenti / Accademia d'Italia; 11).
- Ferreira, J. (1999). Caminhos do pão e do Vinho em Trás-os-Montes nos sécs. XVIII e XIX. *Estudos Transmontanos*, n.º 8, 163-216.
- Fonseca, Francisco Pereira Rebelo da (1990-1991) Descrição económica do Território que vulgarmente se chama Alto-Douro. In José Luís Cardoso (org) *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas Conquistas* (1789-1815) (Vol.III, pp.27-51). Lisboa: Banco de Portugal.
- Forrester, J. (1848). *O Douro portuguez e paiz adjacente contando do rio quanto se pode tornar navegavel em Espanha*, sculp. Londres: W. Hughes. [s.n.].

- Forrester, J. (1853). *The Oliveira Prize: Essay on Portugal with the evidence regarding that country taken before a committee of the House of Commons, in May 1852, and the author's surveys of the wine districts of the Alto-Douro*. Londres: John Weale.
- Forrester, Joseph James (1843). *Mappa do paiz vinhateiro do Alto Douro*, grav. James Wyld; ded. a Senhora D. Maria II. Porto: António Maria de Magalhães.
- Hancock, C. (2003). *Paris et Londres au XIXème Siècle. Représentations dans les guides et récits de voyage*. Paris : CNRS Editions.
- Harrison W.H. (1839). *Portugal (the tourist in), illustrated from pictures by James Holland*. Londres: Robert Jennings (da coll. dos «Jenning's landscape annuals»).
- Hints to travellers in Portugal, in search of the beautiful and the grand: with an itinerary of some of the most interesting parts of that remarkable country* (1852). Londres: John Murray.
- Itineraire de l'Espagne et du Portugal: ou description géographique et historique de ces pays, avec leurs principales routes et les distances de chaque lieu à un autre, accompagné d'une carte ou plan routier d'après des observations les plus modernes* (1809). Paris: Belin Fils.
- Lavenir, Catherine Bertho (1999). *La roue et le stylo : comment nous sommes devenus touristes*. Paris : Editions Odile Jacob.
- Machado, A. & Pageaux, D. (1982). *Literatura portuguesa, Literatura comparada e Teoria da Literatura*. Lisboa: Edições 70, col. Signos.
- Marques, M. (2001). *Cartografia Antiga. Tabela de Equivalências de Medidas*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Mattoso, J. (1997). A Reconstituição dos Espaços do Passado. *Finisterra*, XXXII, 63, 67-70.
- Moret F. (1992), "Images de Paris dans les guides touristiques en 1900", *Le Mouvement social*, 160, p. 79-98.
- Reichard, M, (1817). *Guide des Voyageurs en Europe* (8.ª ed.). Paris: Chez Hyacinthie Langlois.
- Reichard, M. (1820). *An itinerary of Spain and Portugal, or a complete guide to travellers through those countries*. Londres: Samuel Leigh.
- Ribeiro, O. (1987). *Portugal, o mediterrâneo e o atlântico: esboço de relações geográficas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Romeral Pérez, C. (1999). *Bio-bibliografía de viajeros por España y Portugal (Siglo XIX)*. Madrid: Ollero & Ramos.
- Santa Clara, Anastácio de (1807 -1.ª ed. 1791). *Guia de viajantes ou roteiro de Lisboa: para as cortes e cidades principaes da Europa, villas e lugares mais notáveis de Portugal e Hespanha*. Lisboa: Of. de António Rodrigues Galhardo.
- Serrão, J. (1970), "Viagens, Literatura de". In Serrão (org.) *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV. Porto: Iniciativas Editoriais.
- Toulier, B. (2000). "L'influence des guides touristiques dans la représentation et la construction de l'espace balnéaire (1850-1950)". In Gilles Chabaud, Évelyne Cohen, *Les guides imprimés du XVIe au XXe siècle : villes, paysages, voyages*, Paris, Belin, , pp. 239-258.
- Vajda, J.(2006). " Paris en huit jours. A la découverte de la ville à travers les guides, les journaux pour touristes et les récits de voyage. 1855-1937 ", In S. Venayre (dir.), *Le Siècle du voyage, Sociétés et représentations*, 21,pp. 255-274.

